

## ATA DA I ASSEMBLÉIA NACIONAL PIRATA

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às dezenove horas, em atendimento à convocação realizada na rede mundial de computadores, através do sítio do Partido Pirata do Brasil, bem como em cumprimento ao Estatuto vigente, reuniram-se na rua Comendador Macedo, número duzentos e trinta e três, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, os membros regularmente associados ao PIRATAS, conforme Lista de Presença em anexo, assim como ouvintes, também conforme Lista de Presença própria em anexo. Dando início aos trabalhos, o segundo secretário, Kristian Pasini, apresentou o Regimento da Assembléia Nacional Pirata que fora aprovado por meio de mecanismo deliberativo eletrônico utilizado regularmente pelo Partido Pirata, baseado na plataforma eletrônica *online* Loomio. Após debates e explicações, o mesmo foi ratificado pelos presentes, sendo as dúvidas e razões do mesmo devidamente esclarecidas. Em meio à discussão, foi aberta a votação a respeito da adoção de votos por procuração ou não presenciais nas assembleias do Partido Pirata especial, tendo sido rejeitada qualquer forma não presencial de votação por uma margem de quarenta e quatro votos e uma abstenção. Ato contínuo, foi aprovada a formação da Mesa de Trabalho da Assembleia, cujo critério estabelecido foi a participação de um representante da Secretaria Geral do partido, um membro do Grupo de Trabalho Jurídico e pelo menos uma Pirata, sendo que as pessoas indicadas e devidamente aceitas pelos presentes para compor a mesa foram, respectivamente: Kristian Pasini, Juliano Rombaldi Rodrigues e Cristiane Maciel. Ato contínuo, o Secretário Kristian Pasini, presidindo a mesa, sobrestou às vinte e duas horas e quatorze minutos a Assembléia Nacional Pirata até as dez horas do dia seguinte, sábado, o que foi aceito pelos presentes. Dando continuidade à Assembléia Nacional Pirata, o Secretário Kristian Pasini declarou reabertos os trabalhos às onze horas e doze minutos do dia vinte e quatro de maio, dando início à formação dos grupos de discussão sobre os tópicos referentes ao programa do partido, bem como de um grupo de discussão adicional sobre as alterações e retificações estatutárias. Após amplos debates e discussões ao longo do dia, bem como considerando que não se conseguiram exaurir os temas propostos, a Assembleia Nacional Pirata foi sobrestada às vinte horas, ficando estabelecido que prosseguiria partir das dez horas do dia seguinte. Dando seguimento à Assembléia Nacional Pirata, o Secretário Kristian Pasini, às dez horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de maio, declarou reabertos os trabalhos. Já na reabertura, foi informada aos presentes a necessidade de deliberação acerca da reforma da estrutura administrativa, aprovada previamente por deliberação eletrônica no Loomio, para que se pudesse encaminhar a versão do Estatuto a ser apresentada para posterior avaliação. Neste sentido, a proposta de reestruturação administrativa aprovada por meio do Loomio, cujo teor apontava no sentido de reduzir as atribuições funcionais da Secretaria Geral, o reforço do papel dos coletivos estaduais e das Coordenações Regionais, a consolidação do papel, das funções e da estrutura dos Grupos Temáticos e Setoriais e, no que diz respeito aos cargos eletivos, recomporia a estrutura administrativa nacional com o seguinte formato: Secretaria Geral (composta por Primeira e Segunda Secretaria, havendo rotação entre ambos na metade do mandato), Coordenação Nacional (composta por cinco Coordenadorias Regionais, com mandato-tampão de um ano, a serem eleitos novamente quando da realização das Assembleias Regionais), Tesouraria Geral (composta por Primeira e Segunda Tesouraria, havendo rotação entre ambos na metade do mandato) e Ombudsman/Ombudskvinna/Gestão de Crises (composta por Primeiro e Segundo Ombudsman ou Ombudskvinna, havendo rotação entre ambos na metade do mandato), sendo estes os cargos que serão preenchidos na presente assembleia. A proposta foi aprovada integralmente com a seguinte votação: dentre os quarenta e quatro presentes, trinta e oito aprovaram a proposta na integralidade, com cinco votos contrários à proposta e uma abstenção. Quanto ao método de votação de cargos, cinco se abstiveram e uma pessoa se manifestou pela formação de chapas, sendo que trinta e oito pessoas se manifestaram em favor de que a eleição se desse por preferência, sendo considerados eleitos os que obtivessem maior número de votos favoráveis. Foi essa a proposta aprovada. Ato contínuo e antes da retomada das discussões acerca das cláusulas pétreas, foi informada a abertura do prazo para inscrições junto à mesa de credenciamento de candidaturas aos cargos eletivos, prazo que se encerraria às dezesseis horas. Dando

seguimento, foi apresentada a proposta de inclusão de novas cláusulas pétreas a serem incorporadas ao Estatuto, conforme proposta elaborada pelo coletivo dos Piratas do Paraná e aprovada em consulta feita pela plataforma Loomio. De acordo com a proposta, à primeira cláusula pétrea, que estatui “a defesa dos direitos humanos” seria adicionada a expressão “e das liberdades civis” e ao rol já existente de nove cláusulas pétreas do Estatuto seriam adicionadas as seguintes: “X - a igualdade de gênero, em todas as suas expressões; XI - o combate a todas as formas de discriminação; XII - o combate a todas as formas de autoritarismo; XIII - a defesa do direito inalienável de resistência à opressão; XIV - o internacionalismo; XV - a defesa do ativismo *hacker*; XVI - o gozo pleno dos direitos inerentes à cidadania, inclusive políticos, ativos e passivos, independentemente da nacionalidade; XVII - a plena auto determinação individual; e XVIII - a neutralidade da rede”. Após amplos debates e discussões, foi deliberado preliminarmente se deveria ou não haver a inclusão de novas cláusulas pétreas, tendo como resultado: nenhuma abstenção, cinco votos contrários e quarenta votos pela aprovação da inclusão, razão pela qual restaram aprovadas as inclusões. Ato contínuo, foi colocado em votação o texto de inclusão das cláusulas pétreas na forma apresentada, ficando o mesmo sujeito a retificações. Nenhuma abstenção, seis votos contrários e quarenta pessoas foram favoráveis, razão pela qual foi aprovada a proposta apresentada. Em seguida, foram apresentados os destaques e colocados em votação. A inclusão da defesa dos direitos do consumidor foi rejeitada por vinte e cinco votos contrários, nove favoráveis e oito abstenções. O destaque seguinte, propondo a fusão do internacionalismo com o gozo pleno dos direitos de cidadania, foi rejeitada por vinte e oito votos contrários, cinco votos favoráveis e doze abstenções. O próximo destaque, versando sobre a expressão “todas” na cláusula referente ao “combate a todas as formas de discriminação”, foi votado e a deliberação foi por manter a cláusula como apresentada, com a seguinte votação: vinte e nove votos favoráveis à redação da proposta original, oito abstenções e sete votos pela retificação. Outro destaque votado foi sobre a inclusão da palavra “secular” na cláusula referente ao Estado Laico, tendo sido a proposta retirada pelo proponente após discussões esclarecedoras. Adicionalmente, foi colocado em votação que o texto que explica e acompanha a proposta apresentada pelo coletivo paranaense fosse publicado oficialmente pelo Partido Pirata como “Carta de Curitiba” e fosse registrado em cartório como interpretação autêntica juntamente com o estatuto. A proposta foi aprovada com a seguinte votação: vinte e nove votos favoráveis, um contra e seis abstenções. Aprovadas as inclusões de novas cláusulas pétreas ao Estatuto, bem como considerando a repercussão destas em todo o conjunto estatutário, bem como as novas alterações aprovadas, foi proposto que o GTJ ficasse encarregado de apresentar a versão definitiva do Estatuto pelos meios oficiais de consulta, no prazo de vinte dias, ressalvadas dificuldades técnicas, para que se possibilitassem os devidos ajustes e retificações. A proposta foi aprovada com trinta e nove votos favoráveis, nenhum contra e uma abstenção. Vencido o ponto, o Secretário Kristian Pasini colocou em votação a aprovação de sobrestamento da assembleia às doze horas e treze minutos horas para o almoço, tendo o reinício previsto para as quatorze horas, o que foi aceito por trinta e três votos a favor, nenhum contra e uma abstenção. Dando seguimento aos trabalhos, o Secretário Geral Kristian Pasini reabriu os trabalhos às quatorze horas e doze minutos, lembrando que as inscrições de candidaturas se encerrariam às dezesseis horas. Encetaram-se os trabalhos acerca do Programa do Partido Pirata. Propôs-se que a metodologia da votação seria de apreciar cada um dos documentos-base; apreciar os destaques um por um exclusivamente para remoção (item da metodologia que obteve vinte e seis votos favoráveis, seis votos contrários e oito abstenções); concatenar todos os textos em documento único corrido; apreciar divergências; aprovar o documento único em plenária, com consulta via Loomio; ajustar posteriormente a linguagem de gênero e a revisão gramatical; publicar e registrar em cartório como Programa do Partido Pirata; criar uma versão resumida, em tópicos, sob responsabilidade do GTC, tendo o pirata Flávio Secco se voluntariado, com auxílio de demais voluntários, para fins de divulgação. Essa proposta de metodologia obteve vinte e sete votos a favor, nenhum contra e três abstenções. Os textos respectivos a cada um dos tópicos programáticos que foram discutidos, debatidos, alterados e retificados ao longo das semanas de preparação da Assembleia e por meio dos diversos canais eletrônicos de deliberação e comunicação do Partido foram apresentados, lidos exaustivamente e projetados na tela, devendo os mesmos ser considerados parte

integrante da presente ata e a ela se seguem em anexo, uma vez que foram aprovados com a seguinte votação: **1) Saúde**, sem destaques, tendo a favor vinte e quatro votos, nenhum contra e seis abstenções; **2) Educação**, sem destaques, tendo a favor trinta e um votos, dois contra e sete abstenções; **3) Transparência e Eficiência da Gestão Pública**, tendo sido destacada a passagem que se refere a cargos em comissão, com dois votos favoráveis à permanência da referida passagem, doze contra e quatorze abstenções, tendo sido destacada ainda a passagem que faz referência à Lei de Acesso à Informação, com dois votos favoráveis à manutenção da referência, vinte e um contra e seis abstenções; **4) Ciência e Pesquisa**, sem destaques, tendo a favor dezenove votos, nenhum contra e oito abstenções; **5) Internacionalismo**, sem destaques, tendo a favor vinte e dois votos, nenhum contra e duas abstenções; **6) Direitos Urbanos**, tendo sido destacada a passagem que fazia referência a carona, com vinte e dois votos favoráveis à remoção da referida passagem, um contra e duas abstenções, tendo sido destacada ainda a passagem que faz referência a psicologia ambiental, com vinte e um votos favoráveis à remoção da referida passagem, nenhum contra e seis abstenções, tendo sido o texto completo aprovado com vinte e três votos a favor, um contra e sete abstenções; **7) Mobilização Social de Direitos Civis**, tendo sido destacada a passagem que defende o fim do alistamento militar obrigatório, com trinta e três votos favoráveis à manutenção da referida passagem, nenhum contra e duas abstenções, tendo sido destacado o uso do adjetivo "suposta" por referência à democracia, com quinze votos favoráveis à manutenção do termo, dez contra e seis abstenções, tendo sido destacada ainda a passagem que defende o fim do voto obrigatório, com vinte e quatro votos favoráveis à manutenção da passagem, seis contra e três abstenções, sendo que o texto completo foi finalmente aprovado com trinta e um votos a favor, nenhum contra e uma abstenção; **8) Meio Ambiente, Biodiversidade, Direitos Rurais, Reforma Agrária e Segurança Alimentar**, tendo sido destacada a passagem referente aos Recursos Genéticos e Biológicos, com vinte votos a favor da manutenção da passagem, nenhum contra e cinco abstenções, tendo sido destacada ainda a passagem referente à Conservação do Meio Ambiente e da Biodiversidade, com vinte e três votos a favor da permanência da passagem, nenhum contra e cinco abstenções, tendo sido destacada ainda a passagem que fazia referência a regiões livres de organismos geneticamente modificados, com duas propostas alternativas de redação apresentada para votação, tendo recebido a primeira proposta dezesseis votos favoráveis, restando aprovada, pois a segunda proposta recebeu apenas quatro votos e foram sete as abstenções, tendo sido destacada ainda a passagem que fazia referência a Zonas Francas Genéticas, com dois votos favoráveis à manutenção da referida passagem, vinte contra e cinco abstenções, tendo sido destacada ainda a passagem que mencionava a captação de água, com dezessete votos favoráveis à manutenção do trecho, nenhum contra e nove abstenções, tendo sido destacada ainda a passagem sobre recursos energéticos, com dois votos favoráveis à manutenção, quatorze contra e nove abstenções, tendo sido destacada ainda a menção à "reforma agrária" no título do tópico, sendo que não havia referência correspondente à reforma agrária no corpo do texto, com quatro votos a favor da manutenção da menção no título, quinze contra e sete abstenções, tendo sido destacada ainda a referência à redução de impostos para produtos orgânicos e/ou vegetarianos, com vinte e um votos a favor da manutenção do trecho, dois contra e três abstenções, tendo sido destacada ainda o trecho sobre a redução de impostos para produtos orgânicos e/ou vegetarianos, questionando a utilização do termo "ou", com treze votos a favor da manutenção do termo "ou", dez contra e duas abstenções, tendo sido destacada ainda a proposta de apoiar um dia sem carne no cardápio das cantinas escolares, com vinte votos a favor, seis contra e nenhuma abstenção, tendo sido destacada ainda a proposta de manutenção de bancos de dados "regionais", com três votos a favor, doze contra e onze abstenções, tendo sido destacada ainda as passagens que mencionavam "vegetarianismo e veganismo", com vinte e cinco votos a favor de manter todas as passagens, dois contra e duas abstenções, sendo que o texto completo foi finalmente aprovado com vinte e seis votos a favor, dois contra e nenhuma abstenção; **9) Segurança Pública**, tendo sido destacada a passagem "ninguém (...) saber se um cidadão é ex-detento", com vinte e seis votos a favor da manutenção da referida passagem, dois contra e nenhuma abstenção, tendo sido destacada ainda a passagem que se referia aos bombeiros voluntários, com duas propostas alternativas sendo submetidas a votação, com

quatro votos a favor do termo “substituição”, dezenove votos a favor do termo “complementação”, sendo esta aprovada, com três abstenções, sendo o texto completo finalmente aprovado com vinte e oito votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **12) Diversidade Sócio-Étnico-Cultural**, tendo sido destacada a passagem referente às medidas afirmativas, com vinte e oito votos favoráveis à manutenção da referida passagem, nenhum contra e uma abstenção, sendo o texto completo finalmente aprovado com dezenove votos a favor, nenhum contra e uma abstenção; **13) Neurodiversidade**, sem destaques, sendo o texto completo aprovado com vinte e nove votos a favor, nenhum contra e duas abstenções; **14) Direitos das Mulheres**, tendo sido destacada a proposta de remeter a discussão da prostituição a um Grupo Setorial específico, com vinte e dois votos a favor, cinco contra e três abstenções, tendo sido destacado o trecho sobre criminalizar a violência obstétrica, com dez votos favoráveis, nenhum contra e uma abstenção; tendo sido proposto que o tema prostituição seja contemplado também no tópico Trabalho, emprego e renda, com dez votos favoráveis, nenhum contra e cinco abstenções, sendo o texto completo finalmente aprovado com vinte e dois votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **15) Privacidade**, sem destaques, com vinte e quatro votos a favor, nenhum contra e uma abstenção, **16) Internet como bem universal**, sem destaques, sendo o texto completo aprovado com vinte e dois votos a favor, nenhum contra e duas abstenções; **17) Democracia Plena**, sem destaques, sendo o texto completo aprovado com vinte e cinco votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **18) Comunicações**, sem destaques, sendo o texto completo aprovado com dezenove votos a favor, nenhum contra e duas abstenções; **19) Direitos Autorais**, sem destaques, sendo o texto completo aprovado com dezoito votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **20) Cultura**, sem destaques, sendo o texto completo aprovado com quinze votos a favor, nenhum contra e seis abstenções; **21) Patentes**, sem destaques, sendo o texto completo aprovado com dezesseis votos a favor, nenhum contra e quatro abstenções; **22) Software Livre**, sem destaques, sendo o texto completo aprovado com vinte e três votos a favor, nenhum contra e três abstenções; **23) Direitos dos Animais**, tendo sido destacada a passagem referente ao abate ritual, com um voto favorável à sua supressão, vinte contra e três abstenções, sendo o texto completo finalmente aprovado com vinte votos a favor, três contra e cinco abstenções; **24) Trabalho, Renda e Emprego**, tendo sido votada a passagem que menciona a renda mínima, com vinte e três votos a favor da renda mínima incondicional, um voto pela renda mínima condicional, um voto pela Carta de Florianópolis para que essa decisão ainda não seja tomada e duas abstenções, sendo o texto completo finalmente aprovado com dezessete votos a favor, nenhum contra e quatro abstenções; **25) Política de Drogas**, sem destaques, sendo o texto completo aprovado com quinze votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **26) Acessibilidade e Trans-humanismo**, tendo sido destacada a passagem referente à singularidade, com a proposta de dar continuidade à discussão do tema e suprimir sua inserção sendo submetida a votação e aprovada com doze votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção, sendo o texto completo finalmente aprovado com doze votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **27) Estado Laico e liberdade de Crença e Descrença**, sendo o texto completo aprovado com quatorze votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **28) Diversidade Sexual**, tendo sido destacada a passagem referente à prostituição, com vinte e dois votos favoráveis à proposta de suprimi-la do texto e remetê-la para debate e formulação em Grupo Setorial específico, cinco contra e três abstenções, sendo o texto completo finalmente aprovado com vinte e um votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **29) Pluralidade Familiar e Liberdade de Afeto**, tendo sido destacada a proposta de aprofundamento da discussão sobre os direitos do idoso, com vinte votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção, tendo sido votado entre duas opções de definição de família, com nenhum voto favorável à primeira opção, dezenove votos favoráveis à segunda com correção e nenhuma abstenção, sendo o texto completo finalmente aprovado com dezenove votos a favor, nenhum contra e uma abstenção; **30) Política Econômico-Fiscal**, sem destaques, sendo o texto completo finalmente aprovado com vinte votos a favor, nenhum contra e uma abstenção. Às dezesseis horas, o Segundo Secretário Kristian Pasini interrompeu os trabalhos em torno do Programa do Partido para informar a lista dos candidatos inscritos, conforme o rol a seguir. Primeiramente, para as Coordenadorias Regionais. Para a região Sudeste, Paulo

Crosara; para a região Centro-Oeste, João Paulo Apolinário; para a região Norte, Christiane Maciel; para a região Sul, Felipe Magnus, Luiz Francisco Gambin Puppo e Max Arcano; para a região Nordeste, Alexsandro Albuquerque. Em seguida, para a Secretaria Geral, Fabiane Kravutschke Bogdanovicz, Daniel Prazeres, Luiz Francisco Gambin Puppo e Felipe Magnus. A seguir, para a Tesouraria, Wladimir Crippa e Rafael Buratto. Finalmente, para Ombudsman/Gestão de Crises, Luiz Francisco Gambin Puppo, Carlos Alvaro de M. S. Quintella, Reynaldo Allan Fulin e Fabrício Leal de Souza. Imediatamente após a apresentação das candidaturas, foi interposto o pedido de impugnação da candidatura de Wladimir Crippa por determinação estatutária que veda a reeleição. A solução adotada por recomendação do GTJ foi a abertura para a apresentação de novos candidatos e, no caso de não haver outras candidaturas, a Assembleia poderia proceder à adoção de uma Resolução Extraordinária estipulando a possibilidade de um mandato tampão para o cargo. Apresentou-se como candidato Felipe Bombardelli, que teve sua candidatura adicionada à lista. Após a oficialização das candidaturas, cada um teve um minuto para defesa de suas candidaturas. Em seguida, o Secretário Kristian Pasini solicitou que Sebastião Nascimento procedesse à apresentação das alterações estatutárias. Após debates e explicações, a proposta de alteração estatutária foi aprovada por unanimidade, com o voto favorável dos trinta e seis presentes. Ficou aprovado, ainda, que o GTJ faria o trabalho de revisão do Estatuto antes do registro em cartório. Ainda dentro da alteração estatutária, foi proposta e aprovada a inclusão da expressão “defesa dos direitos do consumidor” entre os objetivos do Partido descritos no Estatuto, com vinte e oito votos a favor, seis contra e uma abstenção. Foi proposta a dissolução da estrutura administrativa nacional, antecipação da validade da reforma estatutária e adiantamento da transição para os novos eleitos, o que foi aprovado por unanimidade, com o voto favorável dos trinta e quatro presentes. Por fim, foi aprovado, por consenso, que fosse mantida a previsão de cobrança de contribuição dos associados, assegurando que não seria impedida a participação nas atividades do partido de quem demonstrar não poder contribuir financeiramente, sendo passível da exigência de contribuição de outra natureza. Ato contínuo, o Segundo Secretário Kristian Pasini abriu as votações, que resultaram na contagem arrolada a seguir. Para a Secretaria Geral, Fabiane Bogdanovicz recebeu votação unânime dos presentes e foi eleita Primeira Secretária com trinta e oito votos, Felipe Magnus recebeu vinte e cinco votos e foi eleito Segundo Secretário, Daniel Prazeres recebeu vinte votos e Luiz Francisco Gambin Puppo recebeu quinze votos. Para a Tesouraria, Rafael Buratto e Felipe Bombardelli foram ambos eleitos por unanimidade dos presentes, tendo ambos recebido trinta e oito votos. Devido ao empate no número de votos, foi oferecida aos eleitos a escolha de qual deles ocuparia a Primeira e a Segunda Tesouraria respectivamente, tendo eles acordado que Rafael Buratto seria o Primeiro Tesoureiro e Felipe Bombardelli o Segundo. Para Ombudsman/Gestão de Crises, Fabrício Leal Souza foi eleito Primeiro Ombudsman/Gestor de Crises, com trinta e um votos, Reynaldo Allan Fulin foi eleito Segundo Gestor de Crises, com vinte e sete votos, Luiz Francisco Gambin Puppo recebeu vinte votos e Carlos Alvaro de M. S. Quintella recebeu sete votos. Abriu-se a seguir a votação para as Coordenações Regionais, computando-se em cada votação apenas os votos dos piratas da respectiva região. Para a Coordenação Norte, Christiane Maciel recebeu dois votos e foi eleita por unanimidade dos presentes. Para a Coordenação Nordeste, Alexsandro Albuquerque recebeu cinco votos dos seis possíveis. Para a Coordenação Centro-Oeste, João Paulo Apolinário recebeu três votos e foi eleito por unanimidade dos presentes. Para a Coordenação Sudeste, Paulo Crosara recebeu onze dos doze votos possíveis. Para a Coordenação Sul, Max Arcano recebeu dezessete votos e foi eleito por unanimidade dos presentes, sendo que Luiz Francisco Gambin Puppo recebeu cinco dos dezessete votos possíveis. Dando seguimento, foi feita a leitura da Carta de Apoio da Pirate Parties International à Assembléia Nacional Pirata, cujo teor integral pode ser verificado no endereço eletrônico <https://drive.google.com/file/d/0B11UC3BJFiStMHIZWIIOSnNld00/edit?usp=sharing>. A seguir, foi submetido à votação o compromisso de que, dentro de no máximo um mês, a Comissão Nacional realizará reunião para dar andamento à coleta de assinaturas, sendo aprovado com vinte e um votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. Em seguida, foram submetidas à votação as propostas de moções que surgiram durante a Assembléia Nacional Pirata: **1) Apoio à Flaskô**, com quinze votos a favor, dois contra e nenhuma abstenção; **2) Liberdade para Ras Geraldinho**, com quinze votos a favor, um

contra e nenhuma abstenção; **3) Apoio ao Ocupe Estelita**, com dezessete votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **4) Apoio ao Grupo Saravá**, com dezesseis votos a favor, nenhum contra e uma abstenção; **5) Apoio aos Piratas europeus nas eleições para o Parlamento Europeu**, com quinze votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **6) Solidariedade com os ativistas encarcerados e apoio à luta contra a ditadura militar no Egito, por ocasião de mais uma eleição fraudulenta**, com quinze votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção; **7) Solidariedade com os ativistas encarcerados e apoio à luta contra a ditadura na Síria, por ocasião de mais uma eleição fraudulenta**, com dezessete votos a favor, três contra e nenhuma abstenção; **8) Apoio ao "Não vai ter copa"**, com dezessete votos a favor, três contra e nenhuma abstenção. Após a votação das moções, o Secretário Kristian Pasini declarou vencida a pauta, momento em que convidou todos os eleitos para se juntarem à mesa dos trabalhos, ocasião na qual declarou empossados os mesmos para os cargos arrolados a seguir. Primeira Secretária Geral: Fabiane Bogdanovicz; Segundo Secretario Geral: Felipe Magnus; Primeiro Tesoureiro: Rafael Buratto; Segundo Tesoureiro: Felipe Bombardelli; Primeiro Ombudsman/Gestor de Crises: Fabrício Leal de Souza; Segundo Ombudsman/Gestor de Crises: Reynaldo Allan Fulin; Coordenação Norte: Christiane Maciel; Coordenação Nordeste: Alexsandro Albuquerque; Coordenação Centro-Oeste: João Paulo Apolinário; Coordenação Sudeste: Paulo Crosara; e Coordenação Sul: Max Arcano. Ato contínuo, a Primeira Secretária Geral Fabiane Bogdanovicz deu por encerrada a presente Assembléia Nacional Pirata às vinte e três horas e trinta e dois minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e quatorze.